

# política

Editora: Paula Coutinho  
politica@jornaldocomercio.com.br



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

### Violência contra mulheres

Um dos muitos indicadores alarmantes da nova pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública é que mais de 20 milhões de mulheres relataram algum tipo de violência no último ano. “O feminicídio segue sendo uma ferida aberta em nossa sociedade, com números alarmantes que não podemos aceitar”, disse, à coluna **Repórter Brasília**, o senador gaúcho Paulo Paim (PT).



### Assédio moral

Na visão do senador gaúcho, “a violência contra as mulheres não é apenas física; ela também se manifesta de forma psicológica, por meio do assédio moral, do preconceito e da discriminação. Essas práticas tóxicas precisam ser enfrentadas com coragem, com leis mais duras e com educação para transformar mentalidades”, cobra Paulo Paim.

### Desafio do machismo

Paim aponta o machismo enraizado em nossa cultura como um dos principais desafios. “Ele perpetua comportamentos que desvalorizam as mulheres e restringem suas oportunidades. Precisamos de políticas públicas efetivas, que incluam campanhas de conscientização, ações educativas nas escolas e programas de apoio às vítimas de violência.”

### Responsabilidade de estados e municípios

Para o senador petista, “é fundamental que estados e municípios assumam um papel ativo na defesa das mulheres, fortalecendo redes de proteção e oferecendo suporte integral às vítimas”, aconselha o senador Paulo Paim.

### Fórum de Segurança Pública

A pesquisa Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estima que 37,5% das mulheres, com idade de 16 anos ou mais, sofreram violência física, sexual ou psicológica nos últimos 12 meses; o que corresponde a 21,4 milhões de mulheres.

### Coniventes e silenciosos

A diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno, alerta que “enquanto nós continuarmos coniventes e silenciando, mais mulheres vão continuar sofrendo violência, e pior, muitas dessas mulheres acabarão sendo vítimas fatais dessa violência”.

### Episódios violentos

Maridos, companheiros ou namorados foram responsáveis por 40% dos episódios violentos. A pesquisa mostrou também que nove em cada 10 mulheres foram atacadas ou receberam ofensas na presença de testemunhas.

### Assédio sexual

Outro dado assustador revelado pela pesquisa é que 49,6% das mulheres foram vítimas de assédio sexual no último ano. São mais de 29 milhões de brasileiras. Também o maior número desde o início da série histórica em 2017.

### Crime de stalking

Entre os casos de assédio, 8,5 milhões de mulheres foram ameaçadas e perseguidas repetidas vezes no crime de stalking, até mesmo de forma virtual.

### Intimidade exposta

A pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pela primeira vez, verificou quem teve a intimidade exposta de forma indevida. Foram mais de 1,5 milhão de vítimas de vazamento de fotos e vídeos íntimos.

# Sessão conjunta vota hoje acordo sobre emendas

Regras buscam aumentar transparência e rastreabilidade dos recursos

/ CONGRESSO NACIONAL

Antes de votar o orçamento, o Congresso realizará uma sessão conjunta hoje, às 10h, para referendar o acordo que liberou o pagamento das emendas parlamentares suspensas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, na semana passada, homologar o plano de trabalho para aumentar a transparência e a rastreabilidade das emendas parlamentares ao orçamento da União. A medida foi elaborada em conjunto pelos Poderes Legislativo e Executivo em resposta a questionamentos feitos pelo ministro Flávio Dino, do STF.

Agora, deputados e senadores precisarão alterar uma resolução interna para dar validade ao acordo. A apresentação e a votação do Projeto de Resolução do Congresso Nacional (PRN) e a convocação da sessão conjunta foram anunciadas nesta terça-feira pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele informou que a sessão já foi acertada com o presidente da Câmara, Hugo Motta, e terá apenas esse item na pauta.

Apresentado pelas Mesas do Senado e da Câmara, o projeto visa atualizar a Resolução 1/06 e será relatado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO).

De acordo com o documento, no momento em que forem cadastradas no Portal da Transparência, as emendas do Poder Legislativo devem seguir parâmetros semelhantes às emendas do



Davi Alcolumbre informou que plenário terá apenas esse item na pauta

Executivo, já disponibilizadas no Portal. Assim, informações sobre quem serão os beneficiários da emenda e como o dinheiro deve ser gasto serão padronizadas. Também serão identificados os parlamentares autores de emendas de comissão e de relator.

Elaborado como resposta à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 854 – que trata da proposição e execução de emendas parlamentares –, o texto contém diretrizes, ações e cronogramas específicos para aumentar a transparência na liberação de recursos das emendas. Para garantir o fácil acesso aos dados de cada emenda, o Portal da Transparência passou por mudanças operacionais ainda em 2024.

Como alterações sugeridas no cadastramento das emendas parlamentares no Portal da

Transparência, o plano de trabalho apresenta diretrizes, ações e cronogramas para os exercícios financeiros de 2020 a 2024, bem como para o exercício financeiro de 2025, que deverão ser adotadas por diferentes áreas envolvidas, tais como a Mesa do Congresso Nacional, comissões permanentes, Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério da Gestão e Inovação, Ministério da Fazenda e Secretaria de Relações Institucionais.

Dentro da nova formatação relacionada às emendas parlamentares, os dados referentes a elas precisarão ser estruturados, possibilitando a vinculação de parlamentares ou grupo de parlamentares a atos específicos no âmbito da execução da despesa, com informações como o código da emenda e o número completo da nota de empenho.

## Supremo muda de posição e amplia foro privilegiado

/ STF

Por 7 votos a 4, o Supremo Tribunal Federal (STF) ampliou novamente o alcance do foro privilegiado. Os ministros reconheceram que autoridades mantêm a prerrogativa mesmo após deixarem os cargos. Na prática, o tribunal expande sua competência para julgar personalidades do mundo político. A maioria estava formada desde setembro, mas só nesta terça-feira a votação foi concluída.

É a segunda mudança de posicionamento da Corte sobre o tema. Em 2018, o STF restringiu o foro por prerrogativa de função. A decisão

foi tomada para baixar o volume de ações criminais após o Mensalão. Desde então, inquéritos e processos criminais envolvendo autoridades como deputados e senadores só precisavam começar e terminar no STF se tivessem relação com o exercício do mandato. Agora, o tribunal recua e define que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída do cargo.

Os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Dias Toffoli, Luís Roberto Barroso e Kassio Nunes Marques formaram a maioria. Ficaram vencidos André Mendonça, Edson Fachin e Cármen Lúcia.

O julgamento foi concluído no plenário virtual do STF. O tema começou a ser analisado em março de 2024, mas o desfecho foi adiado por sucessivos pedidos de vista dos ministros.

O ministro Gilmar Mendes, relator do processo, pautou o debate. Ele argumentou que era preciso “recalibrar os contornos” do foro. O voto dele foi seguido pela maioria. Pelo entendimento, o foro privilegiado de um político ou autoridade fica mantido no STF se o crime tiver sido cometido durante o exercício da função, mesmo em caso de renúncia, não reeleição, cassação ou outra hipótese de perda do cargo.